



ASSEMBLEIAS DE CAMPI CONTINUAM EM MARÇO E ABRIL E MARCAM FEITO HISTÓRICO



Imagem: Campus Paracuru

O SINDSIFCE deu continuidade a rodada de Assembleias, nos meses de março e abril. **A pauta debatida, comum a todas as Assembleias foi, além dos informes, a campanha salarial, assuntos locais e a escolha de representantes de campi.**

Nos dias 4 e 5 de março, estivemos em **Paracuru, Pecém, Tauá, Mombaça e Acopiara.**

Não aceitar zero de reajuste em 2024, reivindicar os índices de **34% para Técnicos-Administrativos e 22% para docentes**, garantir isonomia de direitos para servidores ativos e aposentados e a reestruturação das carreiras, foram as deliberações centrais das Assembleias Locais. Para embasar os debates, os dirigentes sindicais apresentaram estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre uma projeção de recomposição para o funcionalismo público federal, além de outros dados compilados pelo SINASEFE.

A oferta do Palácio do Planalto, de reajuste zero em 2024 e apenas 4,5% para o ano de 2025 e 4,5% para o ano de 2026, causou indignação em todas as Assembleias, principalmente nos Técnicos-Administrativos, que por terem a pior remuneração do executivo federal, têm comparecido em grande número.

No entanto, essas Assembleias têm ainda mais importância, por serem espaços em que os servidores podem pautar as demandas locais, específicas da dinâmica do dia a dia daquele campus, reportando dificuldades, abusos, ilegalidades e anseios.

Para Raquel Nepomuceno, Diretora do SINDSIFCE, essas Assembleias "nos colocam ainda mais próximos dos nossos colegas, nos levando a compreender, em detalhes, tudo o que muitas vezes recebemos em nossos canais de comunicação, email. Essa é a missão do Sindicato, por isso estamos aqui, em Paracuru e Pecém, no dia de hoje".

No campus Pecém, as principais reivindicações tratam da urgência em resolver a questão do deslocamento/traslado, visto que o campus tem difícil acesso e não há número suficiente de ônibus; defasagem de 50% no número de servidores TAES para bom funcionamento (atualmente são 13; seria necessário 26); problemas estruturais e administrativos, como falta de água para os servidores beberem e falta de livros na biblioteca.



Imagem: Campus Pecém

Nos campi Paracuru, Tauá e Acopiara, o principal debate ficou em torno da possibilidade de greve e a análise da conjuntura de adesão dos campi, caso realmente a greve seja deflagrada, principalmente no que trata do corte de ponto (a IN54 ainda não foi revogada).

Nessa edição:

- Assembleias de Campi continuam em março e abril e marcam feito histórico
- HISTÓRICO! Em apenas 9 semanas, comitiva do SINDSIFCE percorreu TODOS os campi do Estado, para debater a campanha salarial e a reestruturação das carreiras!
- Em reunião com a Reitoria, SINDSIFCE reafirma disposição para luta com a iminência de greve da categoria

- Servidores do IFCE entram em greve por tempo indeterminado
- Professora Êmy Virgínia reassume cargo no IFCE com apoio decisivo do Sindicato
- Reunião com Ministro Camilo Santana e proposta vergonhosa na 4ª Mesa de Negociação

Os servidores de Tauá e Acopiara, encaminharam como estratégia de pressão, a abordagem de parlamentares, buscando sensibilizar para a causa.

No campus Mombaça, os servidores indicaram que um problema proeminente é a falta de TAES; são apenas 3 servidores e pediram ao Sindicato para levar a questão para a Gestão do IFCE.

EM TEMPO – Foi a primeira vez que o sindicato esteve em Acopiara e Mombaça, realizando Assembleias.



Imagem: Campus Acopiara

“O que vimos nestas Assembleias é que todos concordam que não se pode bancar o déficit zero do governo a partir da corrosão dos nossos salários! A mobilização continua, estamos na luta para mudar esse cenário, por isso, estamos aqui”, disse Cezar Amario, dirigente sindical do SINDSIFCE.

O SINDSIFCE seguiu com a rodada de Assembleia. Em 12 de março esteve em **Maranguape, Guaramiranga e Baturité**.

Durante o debate, **em Maranguape**, Docentes e TAES demonstraram disponibilidade em construir a greve, convocada pelo SINASEFE para ter início no próximo dia 03/04; no entanto, embora haja disposição, os servidores também demonstraram receio com relação ao movimento paredista, visto que a IN 54/49, que dispõe sobre os critérios e procedimentos gerais a serem observados nas situações de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve, ainda não foi revogada, sendo razão de medo para ampla adesão.

Já **em Guaramiranga**, Docentes e TAES, contaram com a presença do movimento estudantil organizado, que fez questão de participar da Assembleia; após debates e perguntas, os servidores presentes se posicionaram favoráveis para participação em um processo de paralisação.

Em Baturité, embora com o tempo curto reservado para participação do sindicato (apenas 30 minutos), visto que ocorria o Encontro Pedagógico, o SINDSIFCE, representado pelos seus dirigentes sindicais, realizou Assembleia com a categoria.

Em uma Assembleia muito participativa, com diversas intervenções, os servidores manifestaram indignação diante do cenário de reajuste 0 para este ano e expressaram a necessidade em construir uma greve para forçar o governo a negociar.

Seguindo com a agenda de Assembleias Locais, a comitiva do SINDSIFCE chegou aos campi **Itapipoca, Umirim, Canindé, Sobral, Tianguá e Ubajara**, nos dias 20, 21 e 22/03.

Em Itapipoca, mesmo com a negativa da Direção do campus em disponibilizar os recursos de audiovisual, como caixa de som, microfone e projetor – único campus a realizar essa negativa -, a Assembleia aconteceu com ampla participação da categoria, em um debate profícuo sobre os rumos da negociação. Em Itapipoca, o SINDSIFCE realizou sua maior ação de filiação, desde o início das Assembleias; foram 5 no total.

Já no campus **Umirim**, em uma iniciativa extremamente positiva da Direção do campus, um ajuste nos horários, em comum acordo com os servidores, garantiu que todos estivessem presentes à Assembleia, durante uma hora, sem intervalo, o que permitiu participação expressiva, rendendo excelentes discussões.

Em **Canindé**, outra equipe de dirigentes sindicais realizou a Assembleia Local. Servidores questionaram acerca das carreiras que entrarão em greve – se será só docentes, só taes ou ambas -, e sobre a possibilidade de corte de ponto, em referência a IN 54/49. Na ocasião, foi explicado que cada IF tem autonomia para decidir se haverá – ou não – corte de ponto e que é de responsabilidade de cada campus a organização de calendário para reposição de aulas, em um cenário de greve.

Em Sobral, o SINDSIFCE realizou a Assembleia em formato híbrido, registrando excelente participação, notadamente dos taes, gerando muitas perguntas e ponderações importantes sobre a carreira, em específico, com ênfase na precarização, desvalorização e invisibilidade.



Imagem: Campus Sobral

Em Tianguá, os servidores presentes trataram de um tema importante, diante do atual cenário: a unidade da categoria, considerando que Docentes e TAES, juntos, são

Para conhecer todos os nossos parceiros,
acesse: sindsifce.com.br/convenios

grandes forças para luta dentro do movimento sindical. Os dirigentes do SINDSIFCE, ao exporem a apresentação, com dados, os servidores ficaram impressionados com a diferença salarial dos TAES da rede federal de ensino para taes de outras áreas; em exemplo apresentado, foi possível constatar que taes recebem piso de menos de dois salários mínimos, no nível médio e menos de três salários mínimos e meio, no nível superior.

EM TEMPO – O diretor de ensino e o diretor-geral do campus receberam os dirigentes sindicais, em uma demonstração de respeito à luta dos servidores.

Em Ubajara, mesmo com muitos servidores em PGD, a presença dos servidores foi expressiva, notadamente de Docentes. Para os servidores em PGD, aqueles que estavam presencialmente, repassavam os informes em tempo real, via aplicativos de mensagens, o que demonstrou interesse da categoria em conhecer os temas debatidos.

Mais uma vez, a defasagem salarial foi assunto preponderante durante os debates. Houve, ainda, questionamento se existe convergência de demandas, no caso dos docentes, em relação à proposta apresentada ao governo. Os dirigentes sindicais do SINDSIFCE informaram que foi divulgado uma nota com pautas unificadas (SINASEFE e ANDES), mas não um documento oficial, a ser enviado ao governo.

Nos dias 26 e 27/03, chegamos em **Aracati, Jaguaruana, Cedro, Jaguaribe e Horizonte**.

Em Aracati, a Assembleia contou com um quantitativo expressivo de servidores, com mais de 50 participantes, durante as quase duas horas de discussão.



Imagem: Campus Aracati

Já no campus **Jaguaruana**, por ser um campus com número reduzido de servidores, a participação quantitativa foi menor; no entanto, a participação em torno das pautas foi relevante, com muitas questões importantes acerca das demandas que estão nas mesas de negociação, especialmente na que discute a reestruturação das carreiras.

O SINDSIFCE propôs realizar, em parceria com os servidores, ações de mobilização, buscando conscientizar para a luta.

Em Cedro, a comitiva do SINDSIFCE, que viajou na véspera, no feriado da Data Magna no Ceará, foi recepcionada por toda a direção do campus, em um movimento importante de reconhecimento do trabalho do Sindicato.

Durante a Assembleia, os servidores, Taes em sua maioria, demonstraram motivação para aderirem uma possível greve, encaminhando sugestões para o movimento de construção do movimento paredista.

Em Jaguaribe, os dirigentes do SINDSIFCE reforçaram, em suas falas iniciais, a importância da ida do Sindicato aos campi de Cedro e Jaguaribe, principalmente por serem os campi mais distantes de Fortaleza.

Os servidores compareceram em grande número e manifestaram entusiasmo com a presença do SINDSIFCE e com a possibilidade de greve, estando, inclusive, com a discussão avançada acerca do tema.

Em Horizonte, os dirigentes sindicais explanaram sobre o cenário nacional e como ocorre a dinâmica das mesas de negociação com o governo.

Para encerrar o ciclo de Assembleias Locais, após mais de dois meses na estrada, a comitiva do SINDSIFCE esteve em **Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Reitoria, campus Fortaleza e, ainda, em Assembleia com os civis servidores do Colégio Militar de Fortaleza e da Escola de Aprendizagem da Marinha**.

As Assembleias aconteceram nos dias 01 e 02 de abril, durante todo dia.

Em Limoeiro do Norte, a Assembleia teve expressiva presença, mesmo sendo realizada em uma segunda-feira pela manhã. Após a apresentação dos dirigentes, os servidores pontuaram diversos questionamentos, principalmente em relação a uma possível greve e a instrução normativa 54/49.

Seguindo viagem, os dirigentes chegaram em **Tabuleiro do Norte**. Muitos servidores sinalizaram a necessidade de realização de concursos públicos, especialmente para os técnicos em educação e a necessidade de revogação da suspensão dos concursos de comunicação e de libras.

Outra questão importante, também tratada durante o encontro, diz respeito a questão dos novos campi, anunciados recentemente pelo presidente Lula, afinal “não existe campi sem servidores.”

Em Fortaleza, uma Assembleia bastante participativa, contou com a presença de servidores e estudantes, debatendo as pautas relevantes para as carreiras e questionando como seria a dinâmica de funcionamento dos campi, em caso de greve.

Em comum, os campi **Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte e Fortaleza**, se manifestaram positivamente sobre uma possível greve.



Imagem: Campus Fortaleza

No auditório da **Reitoria**, servidores lotaram o auditório e discutiram, primordialmente, a proposta da bancada sindical (FASUBRA e SINASEFE) para o governo; dúvidas específicas da categoria, foram elucidadas pelos dirigentes sindicais, como, por exemplo: como seria a nova tabela e seus níveis, os mecanismos de aceleração e capacitação para Taes.

Nota da Diretoria

HISTÓRICO! EM APENAS 9 SEMANAS, COMITIVA DO SINDSIFCE PERCORREU TODOS OS CAMPI DO ESTADO, PARA DEBATER A CAMPANHA SALARIAL E A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS!

Interruptamente, de 05/02 a 02/04, os dirigentes do Sindicato dos Servidores do IFCE, percorreram **6.390km**, conversando com **mais de 700 servidores**, em Assembleias Locais.

E ainda:

- **24** representantes sindicais foram escolhidos, garantindo a presença do Sindicato em praticamente todos os campi;
- 33 Assembleias de campi;
- 30 cidades visitadas;
- Quase **50** novas filiações.

No entanto, mais do que números, a dedicação dos dirigentes sindicais e trabalhadores do Sindicato, dispendo de muitas horas do seu tempo, para encontrar os servidores, nos seus locais de atuação, representam uma nova perspectiva na maneira de se relacionar com quem mais importa: você!

Em alguns campi, estivemos pela primeira vez; em outros, retornamos após um período de muitos anos.

Levamos a compreensão de que um Sindicato é muito mais do que uma batalha por salários dignos ou melhores condições de trabalho. Levamos a compreensão de que é olhando no olho, que a luta existe e que antes de sermos servidores, somos seres humanos, que precisam de um abraço, um conforto, uma palavra amiga.

Como sentimos isso? Em agradecimentos profundos e sinceros, às vezes ali, na hora, às vezes, dias depois, em uma mensagem no celular. O que vimos foi uma vontade tão grande de expressar gratidão, que em muitos momentos, ficamos emocionados, sem saber como agir ou responder.

Ao longo dos dias, essa emoção foi se transformando em força, alimentando a perseverança de irmos até o fim com o calendário, sem desistir. Isso fortaleceu os laços de solidariedade entre nós. Sabemos, mais do que nunca, agora, a razão de existir deste Sindicato.

Se valeu a pena perder horas em família, momentos de lazer com amigos e tempo de descanso? VALEU DEMAIS!

Ver ali, *in loco*, a realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (*IFCE*), suas deficiências,

precariedades, mas também sua missão acontecendo ali na nossa frente, guiado por servidores corajosos, embrenhados na aridez do sertão, com o firme propósito de mudar a vida das pessoas.

Mesmo diante das adversidades mais árduas, relatadas pelos servidores, a certeza de que o IFCE existe a partir da união e a coragem daqueles que o fazem. Prédios não sonham; pessoas sonham, como dizia Fernando Pessoa, “o homem sonha, a obra nasce.”

Foi, sem dúvida, uma jornada pelo reconhecimento da dignidade humana, pela equidade e pela justiça social.

Encontrar os servidores civis, do Colégio Militar de Fortaleza e Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, também foi importante para estreitar ainda mais nossos laços. Há muito a ser construído e estamos lado a lado.

Cada passo dado, cada palavra proferida, carrega consigo o peso do dever cumprido. Que estejamos construindo um mundo onde o trabalho seja valorizado pela sua potência.

Essa conquista é um raio de sol em meio à tempestade, uma prova irrefutável de que a união faz a força.

Mas a luta dos trabalhadores nunca cessa. Agora, juntamos novos esforços, para um novo desafio: guiar os servidores do IFCE uma ação de mobilização organizada, rumo a valorização histórica, que buscamos há anos.

Sabemos que não estamos sozinhos nessa jornada. Temos mais do que nunca essa certeza, agora!

É o sentimento de dever cumprido que nos impulsiona adiante!

É a história sendo feita e contada, todos os dias, em um Sindicato de todas as lutas!

Diretoria Colegiada do SINDSIFCE.

EM REUNIÃO COM A REITORIA, SINDSIFCE REAFIRMA DISPOSIÇÃO PARA LUTA COM A IMINÊNCIA DE GREVE DA CATEGORIA

O Sindicato dos Servidores do IFCE, esteve, representado pelos seus dirigentes, na manhã do dia 02/04, em reunião com o reitor do IFCE, professor Wally Menezes e com membros da equipe de gestão da Reitoria.

Durante o encontro, a diretoria colegiada do SINDSIFCE informou que, ao longo dos últimos meses, visitou os campi de todo o estado, buscando informar acerca das negociações em curso com o governo federal. Na pauta, a reestruturação das carreiras de TAEs e docentes; a recomposição salarial; a revogação de todas as Medidas Provisórias, Portarias e Decretos que atacam os servidores e os serviços públicos e a recomposição orçamentária da Rede Federal de Educação.

Diante da possibilidade de greve, os dirigentes sindicais buscaram sensibilizar os gestores para o momento histórico, em que há uma crescente adesão ao movimento de greve, de toda a educação federal e reafirmaram que a Instrução Normativa nº 49/2023, que alterou a Instrução Normativa nº 54/2021 e que tratam de critérios e procedimentos para o desconto de remuneração em dias de paralisação e greve, é inconstitucional e ilegal.

Após reiteradas manifestações públicas de apoio a luta dos servidores por parte do reitor, e mais uma vez, em importante expressão durante a reunião, o SINDSIFCE



Foto: Ascom Sindsifce

guarda legítima expectativa de que as normativas antigreve sejam apenas uma triste lembrança de um tempo que queremos esquecer, conscientes de que a prática vale mais do que mil palavras.

E AINDA – O reitor se comprometeu a manter o canal de negociação e diálogo aberto com o sindicato e encaminhar reivindicações junto às instâncias superiores, como Conif e MEC.

EM TEMPO – A greve de servidor público é legal, de acordo com a Constituição Federal (artigos 9º e 37, inciso VII), e a Lei nº 7.783/89, observadas as adaptações promovidas pelo Supremo Tribunal Federal, através do julgamento dos Mandados de Injunção 670/ES, 708/DF e 712/PA.

SERVIDORES DO IFCE ENTRAM EM GREVE POR TEMPO INDETERMINADO



Foto: Ascom Sindsifce

Em um ginásio lotado, servidores, Docentes e TAEs do IFCE, deliberaram pela adesão à greve nacional do Sinasefe. A greve é por tempo indeterminado.

A decisão foi tomada em Assembleia Geral, realizada dia 05/04, de forma presencial, no ginásio de esporte do campus Fortaleza.

A greve teve início dia 11/04. Votaram filiados e não filiados ao SINDSIFCE, ativos e aposentados.

A greve do Sinasefe envolve docentes e TAEs dos Institutos Federais, Cefets e do Colégio Pedro II, dentre outras instituições, e tem como pauta a reposição salarial, a reestruturação das carreiras, a recomposição orçamentária das IFEs, a revogação do Novo Ensino Médio e de outras medidas contrárias ao serviço público.

“Essa decisão reafirma a luta dos servidores. Estamos em greve buscando reajuste salarial e reestruturação das carreiras”, afirmou Valmir Arruda, Coordenador Geral do

SINDSIFCE.

Os estudantes também compareceram à Assembleia e defenderam a importância da greve pautar a luta em defesa da educação e, em específico, da assistência estudantil.

A Assembleia Geral aprovou, ainda, a construção do comando de greve, que já inicia suas atividades.

Fez toda diferença

Em decorrência das Assembleias Locais, realizadas em todos os campi do IFCE, a grande maioria dos servidores já estavam a par do debate sobre a conjuntura e as razões e argumentos para embasar seus votos. Por meio desta atuação, todos puderam debater a “oferta” de 0% de reajuste para 2024 por parte do governo, mesmo diante das perdas salariais dos TAEs e dos docentes EBTT, assim como repudiaram as constantes enrolações do governo durante as mesas de negociação e a falta de resposta e compromisso.

PROFESSORA ÊMY VIRGÍNIA REASSUME CARGO NO IFCE COM APOIO DECISIVO DO SINDICATO

A Corregedoria Geral da União (CGU) reverteu a demissão da professora do Instituto Federal do Ceará (IFCE), Êmy Virgínia Oliveira da Costa.

Assinada pelo ministro-chefe da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, a reversão da demissão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de sexta-feira 15. Ele declarou a nulidade parcial do processo administrativo disciplinar que havia resultado na dispensa, atestando que a professora teve 48 dias de ausências intercaladas no ano de 2019, o que não é suficiente para configurar o crime de inassiduidade habitual.

A docente, primeira transexual a ensinar na instituição, havia sido demitida após um processo administrativo concluir que ela faltou de forma injustificada por mais de 60 dias no ano de 2019.

Desde a demissão até a readmissão e a recepção comemorativa no campus Baturité, o Sindicato dos Servidores do IFCE (SINDSIFCE) esteve ao lado da professora Êmy Virgínia. O sindicato ofereceu suporte político, jurídico, de comunicação e, acima de tudo, apoio humano durante o momento difícil. Esta situação destacou a importância dos sindicatos na defesa dos trabalhadores,

não apenas em crises, mas diariamente, reafirmando seu compromisso contínuo com os filiados.

Necessidade de Mudanças no IFCE

A situação também trouxe à tona a urgência de uma revisão dos métodos de gestão do IFCE. O instituto precisa abandonar práticas punitivistas e persecutórias, adotando um modelo de diálogo e empatia que promova um ambiente acadêmico saudável e próspero. A abertura para um novo tempo, onde ajustes e realinhamentos ocorram por meio da conversa e da compreensão, é essencial para o bem-estar de todos os servidores.

Inclusão e Diversidade

A readmissão da professora Êmy Virgínia também reforça a necessidade de políticas inclusivas e de apoio à população LGBTQIAPN+ no IFCE. O sindicato destaca que todos os espaços devem ser inclusivos e justos, garantindo que todos que desejem fazer parte, por mérito e justiça, possam pertencer a eles. O SINDSIFCE continuará a lutar por políticas efetivas que verdadeiramente apoiem essa população, indo além de discursos vazios e sem prática.

Lições

As lições deixadas por este caso são claras: é fundamental corrigir erros e promover um ambiente de trabalho justo e inclusivo. A sabedoria está em aprender com essas experiências para garantir que não se repitam no futuro. O SINDSIFCE permanece firme na sua missão de defender os direitos dos servidores e promover um ambiente de trabalho melhor para todos.

Principais ações realizadas pelo SINDSIFCE que garantiram a readmissão da professora Emy

- SINDSIFCE entrou com um pedido de análise junto a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará;
- SINDSIFCE enviou denúncia à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, em Brasília;
- SINDSIFCE solicitou reunião com a Reitoria do IFCE;
- SINDSIFCE, juntamente com o SINASEFE, articulou reunião na Procuradoria-Geral Federal da Advocacia Geral da União, em Brasília;
- SINDSIFCE solicitou audiência com a Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF;
- SINDSIFCE solicitou audiência com o Conselho Superior do IFCE - CONSUP;
- SINDSIFCE realizou ato de rua, em frente ao campus Fortaleza, em parceria com diversas entidades de luta e de direitos LGBTQIAPN+;
- SINDSIFCE deu apoio à professora, garantindo sua ida à Brasília para sensibilização de parlamentares acerca do processo;
- SINDSIFCE realizou forte mobilização nas redes sociais, dispondo da equipe de comunicação para esse fim;
- SINDSIFCE garantiu que TODAS as medidas jurídicas e administrativas cabíveis para reverter a injusta demissão fossem tomadas, por meio de sua equipe jurídica.



Foto: Ascom Sindsifce

REUNIÃO COM MINISTRO CAMILO SANTANA E PROPOSTA VERGONHOSA NA 4ª MESA DE NEGOCIAÇÃO

Confira as duas principais ações da luta sindical em nível nacional

No dia 29/02, integrantes da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CNSCCTAE-SINASEFE), estiveram em uma audiência com o ministro da Educação, Camilo Santana. Esta foi a segunda vez, no atual governo, que integrantes do SINASEFE estiveram com o chefe da pasta. Além de reapresentar pautas da categoria, o grupo recebido pelo ministro reafirmou o descontentamento de TAEs e docentes com a morosidade na reestruturação das carreiras.

Reunião de última hora

Os representantes sindicais estavam, durante a manhã, reunidos com membros do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), onde foram apresentados os técnicos que integrarão o grupo de trabalho responsável pela reestruturação do PCCTAE. A formação desse grupo é uma etapa crucial para garantir que a reestruturação da carreira dos TAE esteja na ordem do dia, conforme reivindicado pela categoria.

Durante a tarde, a comissão focou em estabelecer cronogramas de trabalho e debater estudos preliminares. Nesse momento, foi recebida a notícia de que o Ministro da Educação, Camilo Santana, gostaria de uma audiência com os representantes sindicais. O ministro estava ciente de que a reunião anterior, realizada em 22 de julho do ano passado, havia sido frustrante para a categoria, que está em estado de greve.

Na audiência, os representantes sindicais destacaram que o processo de negociação com o MGI já se arrasta há mais de seis meses, e muitos pontos da proposta ainda não foram plenamente compreendidos pelo governo. O Ministro Camilo Santana se comprometeu a empenhar-se pessoalmente para resolver as pendências. Ele anunciou que buscará uma nova audiência com a Ministra da Gestão e Inovação, além de dialogar com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e até com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro pediu um prazo de 30 dias para apresentar uma resolução concreta sobre a reestruturação da carreira. Durante esse período, a CNSCCTAE manterá um ritmo de trabalho acelerado e vigilante, cobrando o cumprimento do compromisso assumido pelo ministro.

Com o compromisso assumido pelo Ministro da Educação, há uma expectativa positiva de que, nos próximos 30 dias, soluções concretas sejam apresentadas. A luta pela reestruturação de carreiras continua, com a mobilização e a vigilância da categoria sendo peças-chave para o sucesso desse processo.

Representaram o sindicato e apresentam o informe da atividade: Grazielle Felício, Daniela Zanotti, Leewertton Marreiro e Francisco de Assis da Costa (integrantes da CNS-SINASEFE).

Outra pauta importante, foi a 4ª Reunião da Mesa Específica e Temporária que debateu a reestruturação da carreira dos técnico-administrativos e dos docentes, realizada dia 19/04.

Infelizmente, as reuniões não trouxeram propostas satisfatórias às reivindicações do SINASEFE.

Proposta PCCTAE do governo

- Verticalização, com unificação em matriz única com 19 padrões;
- Diminuição do interstício de 18 meses para 12 meses;
- Tempo decorrido até o topo das carreiras de 18 anos;
- Correção entre níveis: A 35%, B 40%, C 50%, D 60% e E 100%;
- Proposta de reajuste de 9% para janeiro de 2025 e 3,5% para maio de 2026 – **o que significa a manutenção do congelamento salarial para 2024!**

Proposta EBTT do governo

- Proposta de reajuste de 9% para janeiro de 2025 e 3,5% para maio de 2026 – **o que significa a manutenção do congelamento salarial para 2024!**

Em análise

Durante a mesa de negociações, o governo apresentou justificativas consideradas insatisfatórias pelo SINASEFE. A proposta de reposição salarial não dialoga com os percentuais defendidos pelas entidades sindicais, que pleiteiam um reajuste de 34,32%. Em vez disso, o governo propôs um valor inferior, incluindo no cálculo o reajuste linear de 9% presente na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada no último ano do mandato de Jair Bolsonaro.

O debate orçamentário revelou que a contraproposta do governo representa um gasto de cerca de R\$ 2,7 bilhões, apenas ligeiramente superior aos R\$ 2 bilhões apresentados na terceira reunião da mesa de negociações, em fevereiro. O discurso de valorização dos TAEs, amplamente divulgado pelo governo e pelo parlamento, não se refletiu na proposta final, que não contempla novos recursos significativos para a reestruturação do PCCTAE.

Além disso, a proposta para os docentes, incluiu um aumento de R\$ 2 bilhões em relação à reunião de fevereiro, totalizando R\$ 6 bilhões, enquanto os TAEs ficaram com apenas R\$ 2,7 bilhões. Esta disparidade foi recebida com indignação pelo sindicato, que destacou a desproporcionalidade na valorização dos diferentes segmentos da Rede Federal de Ensino.

O SINASEFE criticou a postura do governo e ressaltou a necessidade de um reajuste que considere as perdas salariais acumuladas pelos TAEs desde os governos Temer e Bolsonaro. A entidade enfatiza a importância dos técnicos administrativos na qualidade do ensino nas universidades e institutos federais e rejeita a visão elitista que valoriza um segmento em detrimento de outro.